



GT 70. Processos identitários coletivos e lutas territoriais

Coordenador(es):

Alexandra Barbosa da Silva (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Claudia Mura (UFAL - Universidade Federal de Alagoas)

O objetivo do presente GT é buscar agregar reflexões empíricas sobre os processos identitários coletivos que têm nas lutas territoriais um elemento-chave. O intento é, precipuamente, impulsionar reflexões sobre quais fatores dão vida a processos de luta, em situações históricas e configurações específicas. Parte-se da hipótese de que a articulação e a consolidação de coletivos têm sua base no parentesco e em alianças políticas, bem como em experiências vividas e desenvolvidas localmente, ao longo do tempo, considerando-se, por exemplo, aspectos econômicos, ambientais, cosmológicos e rituais, a partir de configurações de poder específicas. Compreende-se, portanto, a relevância e pertinência, por exemplo, dos conceitos de conhecimento tradicional local, formulado por Ingold e Kurttila, e de morfologia social, elaborado por Mauss, sem deixar de atentar que estes desconsideram configurações diferenciadas de poder ao longo do tempo, bem como processos de constrição territorial, aspectos que vieram a ser ressaltados pelos conceitos de situação histórica e processos de territorialização, cunhados por Pacheco de Oliveira. O desafio, de fato, é analisar como, caso a caso, constrições territoriais impostas pelo Estado e por agentes privados são administradas, com base em modos de vida desenhados (sempre dinamicamente) por grupos domésticos e comunidades políticas locais, antes que necessariamente por grupos étnicos pré-definidos como tais.

Análise dos processos de territorialização de dois povos indígenas guaranis de Corrientes: Yahaveré e Mboi kúa

Autoria: Ayalen Morales Michelini (UNNE)

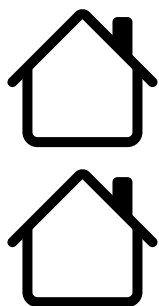
Nesta apresentação, proponho compartilhar alguns avanços de uma pesquisa antropológica em andamento correspondente à minha tese de mestrado. Nele, meu objetivo é caracterizar o processo de territorialização dos grupos indígenas de Corrientes, levando em consideração, no momento, os povos guarani de Yahaveré (Concepción, Corrientes) e Mboi Kúa (San Miguel, Corrientes). Com estatuto legal em 2013 (Yahaveré) e 2015 (Mboi Kúa). Por isso pretendo, por um lado contextualizar histórica e politicamente o processo de territorialização. Nesse contexto, considero pertinente divulgar os diferentes eventos e atores / agências envolvidos no processo e, por outro lado, levar em consideração o arcabouço jurídico que contempla os povos indígenas na Argentina após a reforma constitucional de 1994 e o consequentes leis criadas a partir dele. Por outro lado, procuro voltar às primeiras situações do work de campo, a fim de analisar, por um lado, as diferentes concepções de origem que cada um dos grupos adota, em diálogo com os processos de produção acadêmica da população histórica da região. Por outro lado, busco enfatizar os marcadores étnicos que cada um dos grupos explicita nas entrevistas, como parte do processo de produção da identidade e como eles conflitam com esses agentes não indígenas (residentes, turismo internacional, governos, municípios etc.).



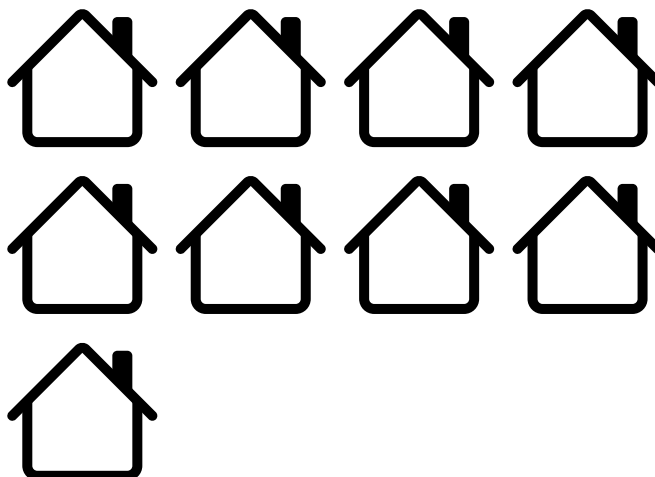
Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: